

**Um olhar sobre a construção do gênero:
categoria analítica e questões sócio-políticas**

*A look at the gender construction:
analytical category and socio-political issues*

Arthur Furtado BOGEA¹

Resumo

Estudo sobre a categoria analítica gênero e as questões sócio políticas que daí deriva. A partir de levantamentos bibliográficos, discute-se o gênero como construção social discursiva, produzido no e pelo processo histórico-político da sociedade “moderna”, por sua vez, determinante para a constituição de identidades sociais de machos e fêmeas sob um caráter binário. Parte-se do pressuposto de que tais identidades são produzidas e reproduzidas discursivamente em contextos específicos das relações sociais que, por sua vez, normatizam e legitimam as referências de gênero atribuídas aos sujeitos como processo meramente biológico.

Palavras-chave: Gênero. Identidade. Discurso. Relações sociais.

Abstract

Study on the analytical category of gender and the socio-political issues derived from it. Based on bibliographical surveys, gender is discussed as a social discursive construction, produced in and by the historical-political process of "modern" society, in turn, determining for the constitution of social identities of males and females under a binary character. It starts from the assumption that such identities are produced and reproduced discursively in specific contexts of social relations that, in turn, normalize and legitimize the gender references attributed to the subjects as a purely biological process.

Keywords: Genre. Identity. Speech. Social relationships.

Introdução

O presente trabalho, intitulado “Um olhar sobre a construção do gênero: categoria analítica e questões sócio-políticas” está constituído a partir de análises realizadas em conteúdos bibliográficos executados durante a produção do meu trabalho

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – UFMA. E-mail: arthurboga@gmail.com

monográfico, visando compreender como são produzidos e reproduzidos elementos constitutivos de uma referência normativa do gênero. Para tal, focaliza-se o gênero e a determinação de suas identidades como produção discursiva histórico-política.

As questões de gênero, pensadas como produções discursivas, permitem compreender como as relações sociais constituem os papéis sociais outorgados aos sujeitos, tendo o gênero atribuído a eles como referência primeira e fundamental, como afirma Louro (2007) quando fala que o corpo é a materialização do discurso normativo, uma vez que a sociedade impõe de forma consciente e inconsciente as suas regras, valores, normas e condutas constituídas como padrão de normalidade aceito.

A norma constituída ao gênero prescreve que estaríamos “destinados” à heterossexualidade e integrados a um esquema de classificação binária em que se separam de modo oposto e complementar às atribuições constitutivas de masculinidade e feminilidade. Foucault (1996) argumenta que os discursos produzem e reproduzem valores na sociedade e com isso permitem compreender que os discursos a respeito da referência normativa do gênero e de suas identidades, criam e sustentam um imaginário social de que esta referência possui o caráter de natural e assim se tem a “imposição” desta norma como “correta” a ser seguida.

O trabalho mostra que a partir da naturalização de uma norma para as experiências do gênero, outras expressões possíveis de vivência das identidades são subordinadas e/ou excluídas. Butler (2003) destaca que a matriz normativa do gênero está referenciada na suposição da existência de um gênero inteligível, assim o sujeito que nasce com determinado órgão genital, deverá ter comportamentos e desejos determinados. No entanto, essa inteligibilidade do gênero segue a lógica das práticas reguladoras das relações sociais produzidas discursivamente em um processo histórico-político. O discurso se torna a chave para que o sujeito acesse e incorpore a ordem simbólica, a norma a respeito da forma como deve ser às experiências das identidades de gênero atribuídas ao sujeito como natural.

Portanto, este trabalho busca compreender alguns dos elementos constitutivos dos atributos normativos da divisão binária do gênero, fazendo uma análise do conceito de gênero e das principais questões que o envolvem, bem como das discussões a respeito do discurso e de como ele constrói o gênero, pois segundo Scott (1990), o

gênero pode ser uma categoria útil de análise, que nos auxilia a desvendar relações de poder. Assim, nos permite entender melhor as representações sociais configuradas para as identidades de gênero e como os sujeitos constituem no cotidiano essas representações.

Diante do cenário atual, no qual se vê às estruturas normativas do gênero sendo fortalecidas e legitimadas pelos discursos políticos, jurídicos, religiosos, etc., a importância deste trabalho se reflete na tentativa de desconstruir uma visão naturalizada a respeito do gênero, uma vez que a matriz binária reproduz a referência de gênero como única. As questões relacionadas ao gênero como produção discursiva não são apreendidas pelos sujeitos, os quais não se percebem envolvidos em um processo contínuo de produção e reprodução das identidades de gênero.

Gênero: categoria analítica para compreensão do processo de produção e reprodução de práticas sociais

Entender o conceito de gênero é importante para a análise das relações sociais, uma vez que isso permite a compreensão de como é feita a atribuição de papéis e características masculinas e femininas em processos de socialização e como essas atribuições constroem hierarquias na dinâmica social. Portanto, as questões de gênero estão presentes em todo o processo de socialização dos sujeitos e as características de gênero, discursivamente atribuídas a eles, é que serviriam de orientações para definir quais os papéis devem e podem assumir nas relações sociais.

As características construídas socialmente sobre o gênero, no entanto naturalizadas no processo histórico-político de formação da sociedade, apoiadas em discursos da biologia e da psicologia da “diferença sexual”, serviram como justificativa para as desigualdades existentes entre os sujeitos categorizados como masculinos e femininos. Portanto, para se entender como essas desigualdades se produzem e reproduzem na dinâmica social é necessário se analisar aquilo que se determinou sobre sexo/gênero, como categorias responsáveis pela hierarquização das diferenças entre as identidades.

Assim, as categorias sexo e gênero começaram a serem analisadas, dentro de uma lógica discursiva dicotômica na qual sexo representava as características biológicas e gênero, as sociais/culturais. Nicholson (2000) mostra que o gênero foi desenvolvido e usado como oposição ao sexo. Nesse contexto, sexo é entendido como a representação da conformação biológica daquilo que seria naturalmente dado, enquanto gênero representaria o que é socialmente construído, os significados e símbolos moldados ao longo da história, ou seja, o gênero é pensado como referência à personalidade e aos comportamentos e o sexo como as características orgânico-biológicas, com ênfase nos órgãos genitais.

O gênero, como aquilo que é socialmente construído, é que viria a problematizar as configurações de papéis e condutas do masculino e feminino dentro das relações sociais. No entanto, essa distinção entre sexo e gênero passa a ser pensada como algo inter-relacionado, uma vez que, segundo Nicholson (2000), a sociedade não forma só a personalidade e os comportamentos dos sujeitos, mas também as maneiras como os corpos se apresentam.

Mas, se o próprio corpo é sempre visto através de uma interpretação social, então o “sexo” não pode ser independente do “gênero”; antes, sexo nesse sentido deve ser algo que passa a ser subsumido pelo gênero. (NICHOLSON, 2000. p. 54).

Nesse sentido, as categorias sexo e gênero não poderiam ser pensadas como categorias radicalmente separadas e/ou opostas, ou seja, uma como dimensão orgânica, inata, natural e outra como cultural, adquirida, social. Ambas as categorias estão contidas uma na outra. A questão a ser analisada aqui é como as características de uma categoria, o sexo, são usadas pelos discursos como determinantes das características da outra, o gênero. O que se tem é a sobreposição do caráter natural/orgânico atribuído ao sexo como determinante do caráter social/cultural atribuído ao gênero.

Esse determinismo de uma categoria sobre a outra não deve ser pensado como referência para se analisar as características do gênero, uma vez que cria uma relação de hierarquia entre sexo e gênero. Nesse sentido, Scott (1990) define gênero como a forma de significação para as relações de poder, uma primeira forma de dar sentido a essas relações.

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT 1990, p. 21)

Scott (1990) propõe que o gênero, como parte constitutiva das relações sociais que se fundam nas diferenças que são percebidas entre os sexos, se divide em quatro elementos inter-relacionados: a cultura, as normalizações, a política e a identidade subjetiva. Esses elementos servem como forma de legitimação do gênero.

O gênero é “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1990 p. 23). Logo, as identidades de gênero são formadas a partir da interação desses elementos no meio social, uma vez que não se pode pensar um sujeito fora do meio social e por mais que existam diferenças entre os corpos sexuados, o que deve ser percebida é a construção de significados sociais para essas diferenças; a atribuição de sentidos a elas e o seu posicionamento em um sistema de hierarquias. Louro (1997) mostra que essas diferenças apontadas como “diferenças sexuais” não estão apenas no outro, mas sim, se reproduzem no decurso da vida cotidiana e estão presentes nas relações sociais entre os sujeitos.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas é que vai construir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. (LOURO 1997, p. 21)

Nessa perspectiva, o gênero é formado a partir de elementos sociais; daquilo que está presente na constituição da sociedade. A base da identidade de gênero de cada sujeito está na forma em que se constitui a sua sociedade, no entanto vários discursos são produzidos e reproduzidos dentro dos múltiplos espaços sociais e são os responsáveis pela atribuição de características e funções sexuais como parte de uma “constituição natural” do gênero.

A respeito disso, Louro (1997) fala que, quando as teóricas feministas dirigiram o foco do conceito de gênero para o caráter social, não se pretendia negar a existência de características biológicas, pois a questão era mostrar como se dava a construção social e histórica a partir dessas características.

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO 1997, p. 22)

A categoria gênero, nessa perspectiva, deve ser vista a partir de construções sociais discursivas sem, no entanto, desconsiderar a pertinência de características anátomo-biológicas, deixando-nos perceber que não há distinção entre sexo e gênero. Busca-se, assim, explicar que existem artifícios políticos para que, no meio social as diferenças biológicas sejam transformadas em determinantes nas desigualdades entre o masculino e o feminino e como isso constrói uma hierarquia entre os gêneros. Nessa perspectiva de naturalização, o gênero se preocuparia em consolidar um discurso no qual se estabelece uma identidade masculina e outra feminina, as quais encerram os sujeitos nos limites estabelecidos para o gênero que lhe atribuíram.

Produção discursiva histórico-política: elemento constitutivo de uma referência normativa do gênero

Segundo Scott (1990, p. 28), o gênero deve ser visto em um reconhecimento do homem e da mulher como “categorias vazias e transbordantes”. Vazias no sentido de que elas não possuem um “significado definitivo e transcendente”. Transbordantes no sentido de que mesmo parecendo fixas, em seu interior, podem ser encontradas “definições alternativas negadas ou reprimidas”. Sendo assim, o sujeito não pode ser pensado como, exclusivamente, um produto social e nem como, essencialmente, biológico. Essa divisão entre construto social e biológico deve ser relativizada, no sentido de que ambos estão contidos um no outro.

A respeito dessa distinção sexo/gênero, social/biológico, Butler (2003) aponta que se o caráter imutável do sexo pode ser contestado, “talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero” (p. 25). Não existiria nenhuma distinção a ser pensada a respeito das categorias sexo/gênero. Nem gênero e nem sexo devem ser pensados, unicamente, como sociais ou biológicos, mas a partir de uma perspectiva discursiva histórico-política, que estabelece essa distinção. É a partir dessa perspectiva que as práticas sociais, o processo de construção e legitimação das instituições, assim como a criação de valores transmitidos através das gerações, podem ser pensados.

As construções políticas do sexo e do gênero fazem parte da produção e reprodução das práticas sociais, daquilo que se vive socialmente. Esse processo de produção e reprodução de práticas sociais é que constituem historicamente instituições sociais, responsáveis pela manutenção de uma norma construída historicamente, como o casamento monogâmico, a família, as identidades de gênero, mas que, a partir dos discursos especializados foi naturalizada nesse processo. Desse modo, o conceito de gênero auxilia a compreensão de como as hierarquias de gênero se sustentam, bem como, “incorporam as dimensões subjetiva e simbólica de poder, para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas” (ARAÚJO, 2000 p. 68).

A partir de várias perspectivas teóricas produzidas no contexto das relações entre intelectuais feministas² se cria uma articulação entre formulações feministas e teorias pós-estruturalistas. É essa articulação que permite a ideia de desconstrução do caráter permanente da oposição binária entre masculino e feminino e problematizam as identidades de gênero reconhecendo as suas pluralidades e a configuração discursiva que materializa corpos distintos. Isso permite se perceber a existência de outras possibilidades de identidades de gênero presentes tanto no polo daquilo que se constituiu como masculino quanto no polo daquilo que se constituiu como feminino e que essa divisão polarizada pode nem existir de fato, uma vez que uma pode estar contida na outra ou a existência de uma depende da existência da outra como seu oposto, produzindo a identidade, pela “diferença”.

²No sentido usado aqui o termo “intelectuais feministas”, enquadra intelectuais acadêmicas das Universidades e intelectuais mais presentes em atuações junto aos movimentos nos bairros, organizações formais e informais, etc.

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o polo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa. (LOURO,1997 p. 31 e 32)

Desse modo, a desconstrução da polaridade implica em uma perturbação da lógica normativa e demonstra que a oposição existente entre esses dois polos e as identidades de gênero de cada um é “construída e não inerente e fixa” (LOURO 1997, p.32). A desconstrução da oposição binária pode permitir a abertura de espaços para que se compreenda e se inclua na sociedade as múltiplas formas de masculinidades e feminilidades, ou seja, a referência binária masculino/feminino que normatiza a forma de experiência de gênero deixa de ser a única maneira de se pensar essa experiência, pois pensar a lógica do gênero a partir de dois polos implica em uma oposição e “necessária” complementaridade de um pólo em relação ao outro, ou seja, se singulariza a masculinidade e a feminilidade.

Na perspectiva de uma possível desconstrução dessa lógica, se percebe a construção do gênero como histórica e em constante processo de mudanças. Por conseguinte, “as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações” (LOURO 1997, p. 35) estão implicados nesses processos de mudanças, o que pressupõe que as identidades de gênero não são fixas e sim que estão em constante movimento.

O que se tem é um referencial de identidade de gênero que foi construído e naturalizado pelos diversos discursos sociais e tornaram-se normas para a experiência do gênero. Foucault (1996) mostra que os discursos nas sociedades não são livres e sim controlados, selecionados, organizados e cabe às instituições sociais o processo de reprodução e legitimação desses discursos. Assim sendo, a identidade de gênero é parte de uma construção discursiva histórico-política, na qual se instituiu características fundadas na divisão binária: masculino/feminino.

Os sujeitos categorizados como masculinos e femininos estarão constantemente sendo vigiados pelas instituições para que as características construídas através dos discursos a respeito da materialização do gênero não sejam interpretadas e vivenciadas

de outras formas. As instituições pedagógicas, os livros, as bibliotecas, as instituições jurídicas e os laboratórios, ou seja, os discursos especializados são aparatos que servem para consolidar e direcionar as práticas sociais, com o propósito de se criar uma verdade, neste caso uma verdade a respeito do gênero.

A troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes. A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é construída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles ao qual se dirigem, os limites de seu valor de coerção. (FOUCAULT 1996, p. 38 e 39)

De acordo com Foucault (1996), os discursos possuem normas e regras presentes em cada espaço de onde são proferidos. Essas normas e regras vão definir a posição na qual o sujeito vai se colocar diante de determinado diálogo e, com isso, como ele deve se manifestar e o comportamento adequado a seguir. A construção do gênero acontece seguindo essas mesmas normas e regras, pois são elas que vão determinar qual o gênero cada sujeito possui e, conseqüentemente, quais regras ele deve seguir a partir do seu gênero.

A construção do gênero se dá a partir de inúmeras formas de aprendizagem e de práticas. Ela vai acontecer de forma explícita ou dissimulada dentro de um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, que possuem o poder de produção e reprodução do discurso. Isso pode ser visto nas escolas através dos jogos pedagógicos que sempre colocam meninos de um lado e meninas de outro, ou no próprio convívio familiar onde sempre se escuta “menino não fala assim”, “menina não senta desse jeito”. Logo, a construção do gênero é um processo “minucioso, sutil, sempre inacabado” (LOURO 2008, p. 18), pois não se pode processar o momento em que a identidade de gênero é fixada nos corpos, logo ela está sempre sendo construída ou transformada.

Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. As muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o são ensaiadas e ensinadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas. (LOURO 2008, p. 22)

A esse respeito, Butler (2003) descreve o sujeito como em processos que são construídos discursivamente, a partir dos quais o conceito de gênero possui uma elevada complexidade e “exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos”. (BUTLER 2003, p.12). Butler (2003) intenciona mostrar que as identidades de gênero são construtos performativos, ou seja, o gênero é constituído pela repetição de atos, gestos e signos no âmbito social/cultural, corporificados pelos sujeitos.

Dessa forma, a performatividade do gênero seria a contínua estilização do corpo no interior de um quadro normativo altamente rígido, que busca cristalizar no decurso do tempo a aparência de uma forma natural de ser, isto é, o gênero não é apenas um processo, mas um tipo particular de processo.

O *gênero* não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Nesse sentido, o gênero é sempre um efeito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. (BUTLER 2003. p. 48).³

Nessa perspectiva, o sujeito não traz seu gênero naturalmente, ele aprende qual o seu gênero através de regras e normas discursivamente produzidas no seu convívio social. É no meio social que discursos normativos constituem a diferença instituída como “diferença sexual” que distingue os sujeitos. Entretanto, essas diferenças não preexistem nos corpos e sim são atribuídas socialmente a eles. Não existe uma essência natural de gênero, pois este é materializado nos corpos dos sujeitos, configurando “diferenças” e “desigualdades”.

³Grifos meu.

Segundo Butler (2003), o gênero é uma complexidade na qual não se percebe ou se chega a uma totalidade plena, uma vez que possui múltiplas possibilidades, é um devir constante e, com isso, se podem perceber identidades instituídas e abandonadas dentro de uma mesma referência de gênero. Nessa perspectiva, não se pode pensar em um modelo de identidade de gênero acabado, pois, por esse caráter múltiplo do gênero, existe a possibilidade de convergências e divergências dentro desta referência que desobedecem a uma orientação normativa e definidora.

Considerações finais

Pensar o gênero a partir das configurações que constituem a nossa sociedade hoje, ainda é uma forma limitada de fazê-lo diante da amplitude de possibilidades de experiências que o envolvem. Assim, quando se pensa as identidades de gênero fora das estruturas que compõem a matriz normativa para as experiências do gênero, se está sujeito aos olhares de estranhamento e punitivos, uma vez que se têm as estruturas normativas como se fossem parte de uma essência natural do gênero e colocá-las como construções histórico-políticas seria perturbar a ordem natural.

Nesse sentido, levando-se em consideração os aspectos apresentados, podemos afirmar que as questões que envolvem os gêneros estão relacionadas a significações construídas em discursos, lugares e tempos específicos. As identidades de gênero são formadas a partir dessas significações reproduzidas no meio social, ou seja, o gênero e suas identidades são construídos a partir de elementos presentes na constituição da sociedade.

Por mais que existam diferenças entre os corpos sexuais dos sujeitos, as identidades de gênero são construídas a partir de significações sociais dadas a essas diferenças e com isso se posiciona os sujeitos em estruturas normativas hierarquizadas. Portanto, foi a partir de uma construção histórico-política que o meio social determinou diferenças biológicas como determinantes de posições sociais hierarquizadas, gerando assim a desigualdade entre os gêneros.

A sociedade naturalizou uma matriz de “normalidade” e todos os sujeitos fora dessa matriz ou que tentam romper com as suas estruturas são considerados “anormais”

e, por conseguinte, estão sujeitos às violentas sanções sociais. Por isso, vemos hoje tantos casos de violência contra mulheres, gays, lésbicas, travestis e transexuais.

A cada dia vemos o fortalecimento de discursos dentro das igrejas, das escolas, das famílias, nas instituições políticas, jurídicas, médicas, etc., que colocam esses sujeitos como uma “doença” social. Sendo assim, é uma construção política dos gêneros o determinante para a manutenção nas estruturas normativas impostas aos sujeitos.

Levando-se em consideração esses aspectos, entende-se que a desconstrução da oposição binária do gênero, poderá abrir espaços para que múltiplas formas de experiência do gênero possam ser vivenciadas na sociedade, sem as violentas punições impostas pela norma, uma vez que o gênero não é fixo e sim, múltiplo, diverso, dinâmico e não deveria ser singularizado apenas nos polos masculino e feminino e menos ainda, colocar um desses pólos, o masculino, como superior a qualquer outra forma de gênero.

Conclui-se que o gênero é uma construção discursiva histórico-política e suas identidades são determinadas a partir de uma matriz normativa constituída e configurada como natural a partir de discursos especializados e por essa razão não existe liberdades de escolha ou experiências para os gêneros. São essas configurações normativas que determinam os papéis sociais e colocam a margem da sociedade todos aqueles que estejam “fora” dos quadros regulatórios.

É indispensável que os sujeitos se percebam como parte da matriz normativa e a vejam como uma construção e não como uma essência natural, pois só a partir disto se poderá começar a romper, de fato, com as amarras que prendem as identidades do gênero e criam as desigualdades entre os sujeitos. Só a partir dessa desnaturalização do gênero se poderá vivenciar as múltiplas possibilidades de suas experiências de forma mais livre.

Referências

ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. In: Revista Crítica Marxista. N° 11. Boitempo Editorial. São Paulo, 2000. Pag. 65 – 70.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes 1997.

_____. **Gênero e sexualidades: pedagogias contemporâneas**. Pro-posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008

_____. **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2007.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando gênero**. Tradução Luiz Felipe Guimarães Soares. 2000.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990